



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**LEI N. 2.436, DE 13 DE MAIO DE 2019**  
**(DOM 13.05.2019 – N. 4.595, ANO XX)**

**DISPÕE** sobre o uso de caçambas estacionárias ou contêineres nas vias públicas, transporte e autorização para uso do Aterro Municipal e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** As pessoas físicas ou jurídicas que necessitarem depositar entulhos na via pública deverão fazê-lo em caçambas estacionárias ou contêineres.

**Art. 2.º** As caçambas estacionárias ou contêineres poderão estacionar nas vias públicas para o serviço de coleta e remoção de entulhos.

§ 1.º No caso do entulho conter material orgânico perecível, o prazo máximo de permanência da caçamba estacionária ou contêiner na via pública será de quarenta e oito horas.

§ 2.º Somente será permitida a utilização da via pública para estacionamento das caçambas ou contêineres quando houver a impossibilidade de estacionar no interior do imóvel que estiver gerando os entulhos.

§ 3.º Entende-se por via pública, citada no **caput** deste artigo, a pista de rolamento.

§ 4.º Entende-se por caçamba estacionária ou contêiner o recipiente metálico ou similar utilizado para o transporte de material sólido ou pastoso, com capacidade máxima de cinco metros cúbicos.

**Art. 3.º** As caçambas estacionárias ou contêineres para coleta e remoção de entulhos deverão possuir, única e exclusivamente, a cor laranja no tom claro.

§ 1.º As caçambas estacionárias ou contêineres deverão ter escrito, em letras refletivas, em suas quatro faces, o nome e o número de telefone da empresa responsável pelo serviço.

§ 2.º As caçambas estacionárias ou contêineres deverão ter sinalização refletiva em cada uma de suas faces, sendo a sinalização composta por, no mínimo, duas tarjas refletivas nas cores vermelha e branca, com tamanho mínimo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

### DIRETORIA LEGISLATIVA

de dez centímetros de largura e vinte centímetros de comprimento, posicionadas junto às arestas verticais das faces, em altura média.

**Art. 4.º** As caçambas estacionárias ou contêineres deverão ser posicionados a vinte centímetros do meio-fio, com seu lado maior paralelo a este, não devendo o lado menor da caçamba exceder a um metro e sessenta centímetros.

**Parágrafo único.** Deverá ser observado o afastamento mínimo de dez metros do alinhamento predial da esquina.

**Art. 5.º** O estacionamento das caçambas estacionárias ou contêineres deverá ser feito na frente do imóvel de onde serão retirados os resíduos.

**Parágrafo único.** Não havendo possibilidade do estacionamento mencionado no **caput** deste artigo, a empresa deverá ter autorização do vizinho do lado do imóvel ou do Poder Público para estacionar em outro local.

**Art. 6.º** O estacionamento da caçamba estacionária ou contêiner na via pública deverá ser realizado somente por empresas legalmente autorizadas pelo Poder Público Municipal.

**Art. 7.º** O transporte das caçambas estacionárias ou contêineres deverá ser realizado por veículos destinados para esse fim.

**§ 1.º** Ao serem transportadas as caçambas estacionárias ou contêineres deverão estar totalmente cobertos por lona vinílica ou similar, devidamente fixada.

**§ 2.º** Deverá ser observada a legislação municipal vigente especialmente quanto aos aspectos de limpeza do local do estacionamento e o local de deposição do material.

**§ 3.º** O estacionamento das caçambas estacionárias ou contêineres em via pública deve obedecer à sinalização de trânsito.

**§ 4.º** É vedado o estacionamento de caçambas estacionárias ou contêineres junto a hidrantes ou tampas de galerias subterrâneas.

**§ 5.º** Quando houver necessidade de se colocar caçambas estacionárias ou contêineres em vias estreitas ou locais que ofereçam risco de acidentes, o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU) deverá ser comunicado quarenta e oito horas antes, por escrito, para que se proceda o estudo da possibilidade de estacionamento ou da necessidade de sinalização adicional no local.

**Art. 8.º** É de inteira responsabilidade do prestador do serviço o estacionamento da caçamba ou contêiner na via pública, arcando o mesmo com todos os valores decorrentes de indenização por acidentes a terceiros.

**Art. 9.º** Para prestação dos serviços descritos no art. 11 desta Lei, é necessária a autorização da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp).



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Parágrafo único.** Para obter a autorização o interessado deverá dirigir-se à Semulsp com a seguinte documentação:

**I** – carta dirigida ao Secretário, solicitando autorização para deposição de resíduos no Aterro Municipal de Manaus, com as seguintes informações:

- a)** descrição detalhada do(s) resíduo(s) a ser(em) depositado(s);
- b)** documentos de identificação da empresa – CNPJ, Inscrição Municipal ou, em caso de pessoa física, o CPF;
- c)** o nome da pessoa responsável, número de telefone de contato e **e-mail**;
- d)** identificação das placas dos veículos que serão utilizados no transporte de resíduos até o local para disposição final;
- e)** cópia do Certificado de Registro Cadastral dos Veículos (CRC) emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), e documentos atualizados dos veículos;
- f)** cópia da Licença de Operação emitida pela Semmas ou Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), conforme for o quantitativo da atividade.

**Art. 10.** Fica proibido depositar, no Aterro Municipal, os seguintes resíduos:

- I – resíduos inflamáveis;**
- II – resíduos corrosivos;**
- III – resíduos reativos;**
- IV – resíduos tóxicos;**
- V – terra infusória;**
- VI – lodo;**
- VII – resíduos patogênicos;**
- VIII – óleos e demais derivados de petróleo;**
- IX – pneus;**
- X – isopor;**
- XI – paletes;**
- XII – barro;**
- XIII – terra;**
- XIV – areia;**
- XV – camada vegetal com noventa por cento de terra; e**
- XVI – todos os resíduos em estado líquido.**

**Art. 11.** Os veículos que transportem resíduos até o Aterro Municipal devem estar cobertos com lona em perfeito estado, além de atender ao teor da Resolução n. 307, do Conama, de 5 de julho de 2002.

**Parágrafo único.** É obrigatória a manutenção de cópia da autorização em cada veículo cadastrado.

**Art. 12.** A autorização para transporte de que trata o art. 9.º desta Lei terá validade de sessenta dias, a contar da data de expedição.

**Parágrafo único.** A renovação da autorização deve ser solicitada com antecedência mínima de dez dias e estará sujeita à apresentação de toda documentação válida e comprovação de adimplência da empresa no município.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**

### **DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Art. 13.** Os custos do preço da tonelada de resíduos sólidos são os que consta no Decreto n. 2.348, de 13 de maio de 2013.

**Art. 14.** O acesso ao Aterro Municipal é permitido de segunda-feira a sábado, de oito às dezessete horas, exceto em feriados.

**Art. 15.** Caso a autorização seja para depósito de resíduos em local diverso do Aterro Municipal, além dos documentos solicitados no art. 9.º desta Lei, o interessado deve apresentar a Licença de Operação e autorização da empresa que receberá os resíduos.

**Art. 16.** À Semulsp será atribuído Poder de Polícia e o flagrante de transportes em desconformidade com esta Lei ou deposição em locais indevidos, conforme Lei n. 1.997/2015, ensejando a formalização de processo administrativo, com consequente recolhimento do veículo ao pátio do Aterro Municipal.

**§ 1.º** O veículo ficará retido até apresentação das devidas licenças, autorizações e quitação das penalidades ou multas.

**§ 2.º** No caso de resíduos considerados perigosos, conforme define a ABNT NBR-10004, o transporte será também enquadrado de acordo com a legislação ambiental, devendo processo administrativo instaurado ser encaminhado aos órgãos ambientais competentes para apuração e eventual aplicação das penalidades cabíveis.

**Art. 17.** O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a empresa prestadora do serviço às seguintes penalidades:

**I – advertência administrativa;**

**II – multa de quinhentas Unidades Fiscais do Município, em caso de reincidência;**

**III – suspensão do Alvará de Funcionamento, na segunda reincidência; e**

**IV – cancelamento do Alvará de Funcionamento na terceira reincidência.**

**Art. 18.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 20.** Fica revogada a Lei n. 1.727, de 14 de maio de 2013.

Manaus, 13 de maio de 2019.

**ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**

Prefeito de Manaus



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, segunda-feira, 13 de maio de 2019.

Ano XX, Edição 4595 - R\$ 1,00

## Poder Executivo

### LEI Nº 2.435, DE 13 DE MAIO DE 2019

**CONSIDERA** de Utilidade Pública o Instituto Navegando e Lendo (NVLEND0).

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

**Art. 1.º** Considera-se de Utilidade Pública o Instituto Navegando e Lendo (NVLEND0), sociedade civil sem fins lucrativos, constituído em 24 de setembro de 2009, inscrito no CNPJ sob o n. 11.245.751/0001-94, com sede e foro no município de Manaus, estabelecido na Rua Dom Jackson Damasceno Rodrigues, s/n – contêiner, CEP 69.058-833 – Flores, Manaus, Amazonas.

**Art. 2.º** A Utilidade Pública prevista no art. 1.º desta Lei aplica-se, no que couber, no âmbito do município de Manaus, cabendo à Prefeitura de Manaus a responsabilidade pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de maio de 2019.

**ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**  
Prefeito de Manaus

### LEI Nº 2.436, DE 13 DE MAIO DE 2019

**DISPÕE** sobre o uso de caçambas estacionárias ou contêineres nas vias públicas, transporte e autorização para uso do Aterro Municipal e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

**Art. 1.º** As pessoas físicas ou jurídicas que necessitarem depositar entulhos na via pública deverão fazê-lo em caçambas estacionárias ou contêineres.

**Art. 2.º** As caçambas estacionárias ou contêineres poderão estacionar nas vias públicas para o serviço de coleta e remoção de entulhos.

**§ 1.º** No caso do entulho conter material orgânico perecível, o prazo máximo de permanência da caçamba estacionária ou contêiner na via pública será de quarenta e oito horas.

**§ 2.º** Somente será permitida a utilização da via pública para estacionamento das caçambas ou contêineres quando houver a impossibilidade de estacionar no interior do imóvel que estiver gerando os entulhos.

**§ 3.º** Entende-se por via pública, citada no **caput** deste artigo, a pista de rolamento.

**§ 4.º** Entende-se por caçamba estacionária ou contêiner o recipiente metálico ou similar utilizado para o transporte de material sólido ou pastoso, com capacidade máxima de cinco metros cúbicos.

**Art. 3.º** As caçambas estacionárias ou contêineres para coleta e remoção de entulhos deverão possuir, única e exclusivamente, a cor laranja no tom claro.

**§ 1.º** As caçambas estacionárias ou contêineres deverão ter escrito, em letras refletivas, em suas quatro faces, o nome e o número de telefone da empresa responsável pelo serviço.

**§ 2.º** As caçambas estacionárias ou contêineres deverão ter sinalização refletiva em cada uma de suas faces, sendo a sinalização composta por, no mínimo, duas tarjas refletivas nas cores vermelha e branca, com tamanho mínimo de dez centímetros de largura e vinte centímetros de comprimento, posicionadas junto às arestas verticais das faces, em altura média.

**Art. 4.º** As caçambas estacionárias ou contêineres deverão ser posicionados a vinte centímetros do meio-fio, com seu lado maior paralelo a este, não devendo o lado menor da caçamba exceder a um metro e sessenta centímetros.

**Parágrafo único.** Deverá ser observado o afastamento mínimo de dez metros do alinhamento predial da esquina.

**Art. 5.º** O estacionamento das caçambas estacionárias ou contêineres deverá ser feito na frente do imóvel de onde serão retirados os resíduos.

**Parágrafo único.** Não havendo possibilidade do estacionamento mencionado no **caput** deste artigo, a empresa deverá ter autorização do vizinho do lado do imóvel ou do Poder Público para estacionar em outro local.

**Art. 6.º** O estacionamento da caçamba estacionária ou contêiner na via pública deverá ser realizado somente por empresas legalmente autorizadas pelo Poder Público Municipal.

**Art. 7.º** O transporte das caçambas estacionárias ou contêineres deverá ser realizado por veículos destinados para esse fim.

**§ 1.º** Ao serem transportadas as caçambas estacionárias ou contêineres deverão estar totalmente cobertos por lona vinílica ou similar, devidamente fixada.

**§ 2.º** Deverá ser observada a legislação municipal vigente especialmente quanto aos aspectos de limpeza do local do estacionamento e o local de deposição do material.

**§ 3.º** O estacionamento das caçambas estacionárias ou contêineres em via pública deve obedecer à sinalização de trânsito.

**§ 4.º** É vedado o estacionamento de caçambas estacionárias ou contêineres junto a hidrantes ou tampas de galerias subterrâneas.

**§ 5.º** Quando houver necessidade de se colocar caçambas estacionárias ou contêineres em vias estreitas ou locais que ofereçam risco de acidentes, o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU) deverá ser comunicado quarenta e oito horas antes, por escrito, para que se proceda o estudo da possibilidade de estacionamento ou da necessidade de sinalização adicional no local.

**Art. 8.º** É de inteira responsabilidade do prestador do serviço o estacionamento da caçamba ou contêiner na via pública, arcando o mesmo com todos os valores decorrentes de indenização por acidentes a terceiros.

**Art. 9.º** Para prestação dos serviços descritos no art. 11 desta Lei, é necessária a autorização da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp).

**Parágrafo único.** Para obter a autorização o interessado deverá dirigir-se à Semulsp com a seguinte documentação:

I – carta dirigida ao Secretário, solicitando autorização para deposição de resíduos no Aterro Municipal de Manaus, com as seguintes informações:

- a) descrição detalhada do(s) resíduo(s) a ser(em) depositado(s);
- b) documentos de identificação da empresa – CNPJ, Inscrição Municipal ou, em caso de pessoa física, o CPF;
- c) o nome da pessoa responsável, número de telefone de contato e e-mail;
- d) identificação das placas dos veículos que serão utilizados no transporte de resíduos até o local para disposição final;
- e) cópia do Certificado de Registro Cadastral dos Veículos (CRC) emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), e documentos atualizados dos veículos;
- f) cópia da Licença de Operação emitida pela Semmas ou Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), conforme for o quantitativo da atividade.

**Art. 10.** Fica proibido depositar, no Aterro Municipal, os seguintes resíduos:

- I – resíduos inflamáveis;
- II – resíduos corrosivos;
- III – resíduos reativos;
- IV – resíduos tóxicos;
- V – terra infusória;
- VI – lodo;
- VII – resíduos patogênicos;
- VIII – óleos e demais derivados de petróleo;
- IX – pneus;
- X – isopor;
- XI – paletes;
- XII – barro;
- XIII – terra;
- XIV – areia;
- XV – camada vegetal com noventa por cento de terra; e

**XVI** – todos os resíduos em estado líquido.

**Art. 11.** Os veículos que transportem resíduos até o Aterro Municipal devem estar cobertos com lona em perfeito estado, além de atender ao teor da Resolução n. 307, do Conama, de 5 de julho de 2002.

**Parágrafo único.** É obrigatória a manutenção de cópia da autorização em cada veículo cadastrado.

**Art. 12.** A autorização para transporte de que trata o art. 9.º desta Lei terá validade de sessenta dias, a contar da data de expedição.

**Parágrafo único.** A renovação da autorização deve ser solicitada com antecedência mínima de dez dias e estará sujeita à apresentação de toda documentação válida e comprovação de adimplência da empresa no município.

**Art. 13.** Os custos do preço da tonelada de resíduos sólidos são os que consta no Decreto n. 2.348, de 13 de maio de 2013.

**Art. 14.** O acesso ao Aterro Municipal é permitido de segunda-feira a sábado, de oito às dezessete horas, exceto em feriados.

**Art. 15.** Caso a autorização seja para depósito de resíduos em local diverso do Aterro Municipal, além dos documentos solicitados no art. 9.º desta Lei, o interessado deve apresentar a Licença de Operação e autorização da empresa que receberá os resíduos.

**Art. 16.** À Semulsp será atribuído Poder de Polícia e o flagrante de transportes em desconformidade com esta Lei ou deposição em locais indevidos, conforme Lei n. 1.997/2015, ensejando a formalização de processo administrativo, com consequente recolhimento do veículo ao pátio do Aterro Municipal.

**§ 1.º** O veículo ficará retido até apresentação das devidas licenças, autorizações e quitação das penalidades ou multas.

**§ 2.º** No caso de resíduos considerados perigosos, conforme define a ABNT NBR-10004, o transporte será também enquadrado de acordo com a legislação ambiental, devendo processo administrativo instaurado ser encaminhado aos órgãos ambientais competentes para apuração e eventual aplicação das penalidades cabíveis.

**Art. 17.** O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a empresa prestadora do serviço às seguintes penalidades:

- I – advertência administrativa;
- II – multa de quinhentas Unidades Fiscais do Município, em caso de reincidência;
- III – suspensão do Alvará de Funcionamento, na segunda reincidência; e
- IV – cancelamento do Alvará de Funcionamento na terceira reincidência.

**Art. 18.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 20.** Fica revogada a Lei n. 1.727, de 14 de maio de 2013.

Manaus, 13 de maio de 2019.

  
ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO  
Prefeito de Manaus